

1. IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DA DISCIPLINA: D-37**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 04**PERÍODO:** 6º**CARGA HORÁRIA SEMESTRAL:** 60**CRÉDITO:** 04**NOME DA DISCIPLINA:** DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**NOME DO CURSO:** DIREITO

2. EMENTA

Evolução Histórica: breves relatos. Conceito de Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho. Relação do Direito Processual do Trabalho com os demais ramos do Direito. Fonte do Direito Processual do Trabalho. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Solução dos Conflitos Trabalhistas. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais. Partes e Procuradores. Dissídio Individual. Recursos Trabalhistas. Procedimentos Especiais. Dissídio Coletivo. Execução.

3. OBJETIVOS

GERAL

Ensinar e orientar o aluno acerca da aplicabilidade do Direito Processual no âmbito trabalhista, vivenciando os procedimentos específicos, formando profissionais com sólida base teórica, com raciocínio capaz de adequar situações fáticas às normas legais.

ESPECÍFICOS

Ensino do Direito Processual do Trabalho, especificamente acerca dos atos, prazos e termos processuais, organização da justiça do trabalho, a petição inicial trabalhista, fase recursal, procedimentos especiais e execução, desenvolvendo nos alunos capacidade de observação e raciocínio.

- Orientar o discente, com base nos princípios fundamentais do processo do trabalho, na busca dos interesses das partes, buscando solucionar os conflitos trabalhistas.
- Discutir, através de exemplos e da prática processual, a utilização dos institutos em estudo.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Organização da Justiça do Trabalho

- 1.1 Noções Introdutórias
- 1.2 Tribunal Superior do Trabalho
- 1.3 Tribunais Regionais do Trabalho
- 1.4 Juízes do Trabalho

2. Competência da Justiça do Trabalho

- 2.1 Competência em razão da pessoa
- 2.2 Competência em razão da matéria
- 2.3 Competência territorial das Varas do Trabalho

3. Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais

- 3.1. Atos Processuais
 - 3.1.1 Conceito
 - 3.1.2 Classificação
 - 3.1.3 Comunicação dos atos
 - 3.1.4 Publicidade
 - 3.1.5 Informatização do processo judicial
- 3.2. Prazos processuais.
 - 3.2.1 Contagem dos prazos
 - 3.2.2 Principais prazos trabalhistas
- 3.3. Nulidades Processuais
 - 3.3.1 Introdução
 - 3.3.2 Vícios dos atos processuais
 - 3.3.3 Princípios

4. Dissídio Individual

- 4.1 Procedimento comum
 - 4.1.1 Postulação do Autor
 - 4.1.2 Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça
 - 4.1.3 Resposta do Réu
 - 4.1.3.1 Espécies (Contestação, Exceção, Reconvensão)
 - 4.1.4 Provas
 - 4.1.5 Audiência
 - 4.1.6 Sentença
- 4.2 Procedimento Sumaríssimo
- 4.3 Procedimento Sumário

5. Recursos Trabalhistas

- 5.1 Conceito e natureza jurídica
- 5.2 Princípios recursais
- 5.3 Peculiaridades recursais
- 5.4 Efeitos dos recursos
- 5.5 Juízos de admissibilidade
- 5.6 Pressupostos recursais (objetivos e subjetivos)
- 5.7 Recursos em espécie
 - 5.7.1. Recurso ordinário
 - 5.7.2. Embargos de declaração.
 - 5.7.3. Agravo de petição.
 - 5.7.4. Agravo de instrumento.
 - 5.7.5. Recurso de revista.
 - 5.7.6. Agravo regimental.
 - 5.7.7. Embargos
 - 5.7.8. Recurso adesivo.

- 5.7.9 Recurso extraordinário.
- 5.7.10 Pedido de revisão.
- 5.7.11 Reclamação correicional.

6. Procedimentos Especiais

- 6.1 Ação Rescisória
- 6.2 Inquérito para apuração de falta grave
- 6.3 Ação rescisória
- 6.4 Mandado de segurança
- 6.5 Ação Civil Pública

7. Dissídio coletivo

- 7.1 Conceito
- 7.2 Sentença Normativa
- 7.3 Ação de Cumprimento

8. Execução

- 8.1 Introdução
- 8.2 Legitimidade.
- 8.3 Responsabilidade patrimonial do devedor.
- 8.4 Título executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais.
- 8.5 Execução provisória e definitiva.
- 8.6 Liquidação de sentença.
- 8.7 Execução por quantia certa contra devedor solvente.
- 8.8 Execução contra a massa falida.
- 8.9 Execução de contribuição previdenciária.
- 8.10 Execução contra a Fazenda Pública.

5. PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Utilizaremos diferentes estratégias para efetivação dos objetivos propostos:

- * Aulas expositivas, dialogadas e participativas.
- * Leituras orientadas e comentadas.
- * Debates temáticos.
- * Estudos discursivos em grupo, críticas bibliográficas, oficinas em sala de aula e seminários.

→ Recursos metodológicos:

Quadro, pincel, fitas de vídeo, textos de apoio ao assunto constante no programa com a participação de todos os alunos e a sistematização pelo Professor. Uso de retroprojeto, *data show* e outras técnicas didáticas.

6. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem contemplará:

1. Avaliação qualitativa: - A avaliação deve ser mais um momento no processo de ensino aprendizagem destinado à formação do aluno, à pesquisa e ao questionamento, e não simplesmente para verificação do nível de apreensão dos conteúdos, o que, todavia, também deve ser aferido, utilizando-se para tanto dos dos critérios e métodos pedagógicos conhecidos para aferição do aprendizado (**critério subjetivo**).

- A avaliação envolverá, além do aproveitamento de cada aluno nas provas (**critério objetivo**), também os seguintes requisitos: assiduidade, pontualidade, dedicação, participação, interesse, uso da interdisciplinaridade, capacidade de interpretação e crítica, bem como a postura ética e compromissada na condução das atividades acadêmicas relacionadas a cada disciplina (**critério subjetivo**).

2. Avaliação quantitativa: - Dentro dessa perspectiva, poderão ser aplicadas provas (escritas e/ou orais), questionários (inopinados ou previamente marcados), trabalhos escritos, fichamentos de livros, dissertações sobre temas relacionados a cada disciplina, trabalhos de pesquisa (individual ou em grupo seminários e outros métodos didático-pedagógicos de avaliação mais adequados a cada disciplina, ressaltando sempre a importância do domínio do vernáculo pátrio como importante instrumento na atividade profissional do futuro jurista/operador do direito , que será objeto de avaliação obrigatória em todas as atividades acadêmicas (**critério objetivo**).

3. Atribuição de nota ao aluno- Será considerado **aprovado** na disciplina o aluno que atender, sucessivamente, aos seguintes requisitos: **a) aprovado por média** (média acima de 7,0) ou submetido à **prova final** e que obtenha a **nota mínima** necessária (média final 5,0); e, **b)** não ultrapassar a **25% (vinte e cinco por cento)** de **faltas não justificadas** da carga-horária total na respectiva disciplina.

1 – Avaliação

01.Prova Objetiva/subjetiva

2 – Avaliação

01.Prova Objetiva/subjetiva

3 – Avaliação

01 – Provão (50%)

02 – Prova Objteva/subjetiva

7. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GIGLIO, Wagner D.; **CORRÊA**, Cláudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. 16.ed.rev. ampl. atual. e adap. São Paulo:Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense. 27.ed.São Paulo: Atlas, 2006.

SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. 4.ed. São Paulo: Método,

2007.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 17.ed. rev. atual e ampl. São Paulo:Saraiva, 2007.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 27.ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002. 1228 p.

LIMA, Francisco Meton Marques. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. 12^a. Ed, São Paulo, LTR, 2007

MARTINS, Sérgio Pinto. CLT universitária. São Paulo: Atlas, 2003. 400 p.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Iniciação do processo do trabalho. 2.ed. atual.. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista. 41.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SALEM NETO, José. Execução Trabalhista: teoria da execução, jurisprudência, prática. São Paulo: Led, 1999.

LOCAL: Imperatriz-MA

MÊS/ANO: AGOSTO/2010

NOME DO PROFESSOR: NARA SAMPAIO

ASSINATURA DO PROFESSOR: